

## Novos sentidos sobre o Brasil Grande Potência: uma análise discursiva sobre a política externa do governo Médici (1969 – 1974)

New meanings about “Brazil Great Power”: a discursive analysis of Médici's foreign policy (1969 – 1974)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.127174>

Vinícius Henrique Mallmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

[viniciush.mallmann@hotmail.com](mailto:viniciush.mallmann@hotmail.com)  

André Luiz Reis da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

[reisdasilva@hotmail.com](mailto:reisdasilva@hotmail.com)  

### Resumo

Objetiva-se analisar, por meio do discurso, a construção da imagem – interna e externa – do Projeto “Brasil Grande Potência” e como essa imagem foi transmitida e utilizada pelos meios políticos e diplomáticos para projetar o país como uma Potência. Foram analisados, previamente, os 102 discursos de Médici, bem como os 4 discursos proferidos pelo chanceler Mário Gibson Barbosa para a ONU durante o seu mandato. Dos discursos de Médici, foram selecionados os que melhor representavam as ações do governo e a sua interlocução com o Projeto “Brasil Grande Potência” e nos quais foi identificada a palavra-chave “desenvolvimento”. Tais discursos foram contrastados com a bibliografia existente (artigos, livros, documentos oficiais e da imprensa). Após a seleção, foi aplicada a teoria de Análise de Discurso a fim de esboçar como o processo discursivo desse projeto foi realizado. Chega-se à conclusão de que o Projeto “Brasil Grande Potência” encontrou obstáculos na esfera internacional (materializado na crítica ao “congelamento de poder”) na busca pelo desenvolvimento, o que gerou uma dicotomia discursiva da projeção da imagem do país: internamente, era tratado como uma Grande Potência; externamente, como um país intermediário ou uma Potência Média.

**Palavras-chave:** Brasil Grande Potência; Análise de discurso; Governo Médici; Ditadura Militar; Política externa.

### Abstract

The objective is to analyze, through discourse, the construction of the image - internal and external - of the “Brazil Great Power” Project and how this image was transmitted and used by political and diplomatic means to project the country as a Power. The 102 speeches by Médici were previously analyzed, as well as the 4 speeches given by Chancellor Mário Gibson Barbosa to the UN during his term. From Médici's speeches, those that best represented the government's actions and its dialogue with the “Brazil Great Power Project” were selected in which the keyword “development” was identified. Such speeches were contrasted with the existing bibliography (articles, books, official and press documents). After the selection, the Discourse Analysis theory was applied in order to outline how the discursive process of this project was carried out. It is concluded that the “Brazil Great Power” Project encountered obstacles in the international sphere (materialized in the critique of maintenance of the status quo) in the search for development, which generated a discursive dichotomy of projecting the image of the country: internally, it was treated as a Great Power; externally, as an intermediate country or a Middle Power.

**Keywords:** Brazil Great Power; Speech analysis; Médici Government; Military dictatorship; Foreign Policy

Recebido: 15, Setembro, 2022

Aceito: 22, Novembro, 2022

*Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse*



## Introdução

O presente artigo analisa a relação discursiva do “Milagre Brasileiro”, que se fundamenta no Projeto Brasil Grande Potência, e identifica como o discurso do governo Médici (1969-1974) tentou romper com o estigma de país intermediário ao lançar o Projeto Brasil Grande Potência, projetando-se nacional e internacionalmente como potência e como essa ideia de Grande Potência foi transmitida e utilizada pelos meios diplomáticos.

Os dados econômicos do período bem como o padrão de crescimento do país são relevantes para análise, tendo já sido debatidos pela literatura nacional e estrangeira. Gremaud (1997) e Castro (2004), a saber, tratam de todo o período militar brasileiro, traçando um panorama geral do modelo desenvolvimentista, de seu esgotamento e de suas peculiaridades. Outro autor que debate sobre a temática é Resende (1990), ao descrever o desenvolvimento econômico no período 1964 – 1967, a gestação do Milagre Brasileiro. Lago (1990), por sua vez, trata do período do milagre e das suas imperfeições econômicas e sociais e Hermann (2011) destaca em sua obra o endividamento externo como elemento fundamental para o Milagre Brasileiro.

Contudo, o objetivo central deste trabalho não é discutir esses dados nem esse padrão, e sim analisar, por meio do discurso, a construção da imagem – interna e externa – de um país que, nos anos finais da década de 1960, projetava-se nacional e internacionalmente como uma potência. Sendo assim, a discussão aqui se situa, temporalmente, no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), período em que a proposta de lançar o país como Potência Mundial foi utilizada, pela primeira vez, como propulsor das políticas governamentais.

O “Brasil Grande Potência” nunca figurou como um projeto oficial assim denominado, mas foi repercutido dessa forma como uma ideia (ou projeto) para transformar o país em uma potência mundial. Nesse sentido, entendendo haver consonância entre o que seria necessário para que um país fosse considerado como uma Grande Potência e por entendermos que há uma ligação direta entre o objetivo do governo em promover o desenvolvimento brasileiro e o Projeto Brasil Grande Potência, utilizamos o conceito de Desenvolvimentismo elaborado Bielschowsky (1991; 2004) como forma de balizar conceitualmente o nosso *corpus* documental. Para criar um *corpus* documental possível de se fazer um recorte analítico e evidenciar a formação discursiva do governo, optou-se pela teoria de Análise de Discurso (AD) de linha francesa pecheutiana. Sendo assim, foram analisados, previamente, os 102 discursos de Médici, bem como os 4 discursos proferidos pelo chanceler Mário Gibson Barbosa para a Organização das Nações Unidas durante o seu mandato. Dos discursos de Médici, foram selecionados os que melhor representavam as ações do governo e a sua interlocução com o Projeto “Brasil Grande Potência” e nos quais foi identificada a palavra-chave “desenvolvimento”.

A análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias, além de uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, ajudará a embasar os argumentos deste trabalho. Assim, os diferentes pronunciamentos e sequências discursivas terão a função de elucidar como se deu a construção dessa “ideia não escrita” e como ela foi transmitida como um motor de propulsão de desenvolvimento econômico e social alavancada pelo Milagre Brasileiro. Logo, o problema de pesquisa deste trabalho situou-se em entender como o Projeto Brasil Grande Potência utilizou-se da esfera internacional para atingir seus objetivos e como isso foi construído discursivamente, objetivando-se entender suas ambições, seu alcance e suas limitações.

Este artigo é composto de três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção discute a teoria da análise do discurso francesa; a segunda versa sobre o conceito de desenvolvimentismo e as ferramentas metodológicas utilizadas para analisar e selecionar os discursos; a terceira, composta tanto pela análise da política externa do período quanto pelas sequências discursivas selecionadas para análise, apresenta a proposta de explicação da relação entre o discurso do governo Médici e o Projeto Brasil Grande Potência.

## Análise de Discurso: Teoria e Ferramentas Metodológicas

É válido ressaltar, primeiramente, que o discurso não deve ser confundido, aqui, como sinônimo de pronunciamento. Quando a teoria da Análise de Discurso (AD) é utilizada, entende-se que há diversas formas de discursos: visuais, artísticas, midiáticas, políticas e uma gama de outros exemplos. Para a AD, o discurso deve ser encarado como uma tentativa – às vezes bem-sucedida, às vezes não – de fixação de sentidos, que deslizam, se rompem e que são atravessados pela ideologia. Pêcheux (1992, p. 62) define discurso como “[...] efeito de sentido entre interlocutores”, ou seja: é o lugar de contato entre língua e ideologia.

Isso quer dizer que o discurso prevalecente hoje sobre determinado assunto nem sempre assim o foi, e que, para se tornar exitoso em sua tarefa, deve mobilizar sentidos, ora pela repetição, pelo conflito, ora pela imposição. Pêcheux (1997) segue nessa análise afirmando que o discurso é um processo social com materialidade linguística<sup>1</sup>, sendo um efeito de sentido entre os interlocutores e que, por isso, os sentidos (que são a relação entre o Sujeito e a História) não são fixos, mas podem ter uma estabilidade provisória, pois são construídos e modificados constantemente, de acordo com as condições de produção. Assim sendo, observa-se que o sentido é constituído historicamente, que se produz ou se materializa via rede de memória (FERREIRA, 2003).

Como a análise de discurso francesa advém, também, do materialismo histórico (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), ressalta-se a importância dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1985) para o estudo e a análise aqui proposta. É mister entender que o Estado, como ente e aparelho repressivo, detém um conjunto de redes capazes de disseminar suas vontades políticas, seu *modus operandi*, sua ideologia. Os aparelhos ideológicos do Estado, que são diferentes do aparelho repressor do Estado, atuam como instrumentos de mobilização social, seja para manter a estrutura social em funcionamento, seja para alterá-la, realizando ajustes. Assim, os AIE são capazes de regular ideologicamente a sociedade, fazendo com que o discurso disseminado pelo governo (por meio de pronunciamentos, medidas oficiais, mídia, etc.) tenha maior probabilidade de ser assimilado pelos cidadãos, alterando os sentidos anteriormente produzidos e, conseqüentemente, encontrando menos dificuldade para ser assimilado (ALTHUSSER, 1985). O período estudado neste trabalho é um bom exemplo de como funcionou a combinação dos aparelhos ideológico e repressivo: o governo dispunha dos aparelhos repressivos de maneira facilitada, via Atos Institucionais, e, ao mesmo tempo, dos aparelhos ideológicos, via controle ou influência da mídia, da Igreja<sup>2</sup> e da Escola<sup>3</sup>.

Sob a mesma perspectiva, segundo Orlandi (1990), a ideologia não pode ser pensada como algo que promove “engano” ou “ocultação”, mas como algo que gera “desconhecimento dos sentidos” por meio de processos discursivos. É retomada, portanto, a ideia de que não existe um sentido único, pois tudo é construído num processo sócio-histórico, em que os sentidos são fixados em uma determinada direção (ORLANDI, 1990). Assim sendo, entende-se que os aparelhos repressivos do Estado são regidos pela coerção, mas que somente a ideologia consegue causar transformações ou impactos nas formações sociais. Como retrata Althusser (1999, p. 288), “[q]uando tudo continua igual é porque os aparelhos ideológicos de Estado funcionaram com toda a perfeição”. Ou seja, os AIEs servem para garantir que a reprodução e a transformação das relações de produção se perpetuem, enquanto a ideologia é responsável por determinar as práticas e os protocolos dessa aparelhagem. A conceitualização de Althusser (1999) como originalmente concebida, contudo, pode ser encarada como estruturalista (COX, 2007), já que acaba petrificando a sociedade, enquanto as noções (principalmente as

<sup>1</sup> A AD seria composta pelo materialismo histórico, pela linguística e pela teoria do discurso. Essas três teorias, são, ainda, “atravessadas e articuladas” por uma “teoria da subjetividade”, fundamentada na psicanálise (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), mas que não será abordada por este trabalho.

<sup>2</sup> A Igreja nem sempre foi controlada no sentido *stricto sensu* da palavra. Houve, por diversas ocasiões, frações da Igreja (católica) que se engajaram contra a ditadura brasileira (e na América Latina em geral), pronunciando-se de maneira contrária às atitudes autoritárias, defendendo e acobertando civis. Havia diversos centros católicos de militância, que entravam, constantemente, em disputa com os aparelhos repressivos do Estado. Uma figura expoente do período é Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo que denunciava as atividades de repressão do Estado brasileiro. Cabe destacar também, no entanto, que essa atitude não era unânime dentro dos ciclos religiosos (SKIDMORE, 1988).

<sup>3</sup> A Escola, por meio das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que substituiu as matérias de Filosofia e Sociologia, por exemplo, reproduzia a ideologia militar da época de modo a doutrinar crianças e jovens (MENEZES, 2001), enaltecendo a “revolução” e silenciando possíveis formações discursivas e/ou ideológicas opostas ao regime.

mais atuais) da AD trabalham com o movimento de sentido.

Não tomamos como suporte, assim, ao utilizar os conceitos de Althusser, a lógica de estrutura estagnada e imutável. O materialismo histórico deve ser encarado justamente como a relação coletiva e individual, dos sujeitos, da sociedade, da burocracia, etc. ao contexto social e político. Com essa ressalva, acreditamos ser pertinente o uso da obra de Althusser para salientar a capacidade que o Estado, a partir de seus aparelhos, tem para conduzir um determinado sentido discursivo - aqui, seria o de desenvolvimento associado à ideia de Potência

Nesse sentido, percebe-se que a ideologia é fundamental no entendimento das relações sociais e de como o governo, por meio do Estado, quer que a sociedade opere a partir dela. Os AIEs são usados, assim, como molde, imputando um discurso que muitas vezes passa despercebido pelos indivíduos, como salientam Pêcheux e Fuchs (1993) ao analisarem o papel da ideologia na interpelação do sujeito:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.16, grifo nosso).

Diante desse contexto, a noção de Formação Discursiva (FD), que é proveniente de Foucault (2005) e que foi retrabalhado por Pêcheux em seus artigos, torna-se essencial à análise. A importância de compreender essa noção deriva do fato de que há de se ter especial atenção no tratamento das diferentes formações discursivas, já que, quando se trabalha com mais de uma formação, os padrões de análise se alteram, pois mudam também as regras de construção e de fixação dos sentidos (Pinto, 2006). Pinto (2006, p. 93) sintetiza as ideias de Foucault: “a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses, etc., em um dado espaço discursivo”. Ainda, Indursky (2008, p. 2-3), valendo-se de Pêcheux (1988, p. 160), afirma que a formação discursiva se relaciona com a ideologia vigente a partir dos enunciados discursivos, delimitando “o que pode e deve ser dito”, e que a sua relação com o sujeito definiria o sujeito do discurso, além de interferir em quem interpreta aquele discurso.

### **O Conceito de Desenvolvimentismo e os Discursos de Médici: o Brasil Grande Potência nas palavras do presidente**

A Teoria da AD pressupõe que não existem verdades e que seus analistas, ao finalizarem suas análises, não estão descobrindo “a” verdade, ou “mais uma” verdade, mas somente mais uma interpretação daquilo que foi possível depreender do *corpus* estudado. Nesse sentido, Courtine (2009) define o *corpus* discursivo como a estruturação de um bloco de sequências discursivas que foi definida a partir de um determinado estado das condições de produção do discurso. Assim sendo, o *corpus* deste trabalho está centrado nos pronunciamentos de Médici e os do Brasil para a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), proferidos pelo então Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barbosa. Ademais, como método de análise, realizaram-se alguns recortes com sequências discursivas (doravante SDs), que foram trabalhadas para se chegar ao que foi proposto neste trabalho. Analiticamente, algumas marcas textuais e linguísticas foram observadas para ponderar o movimento de sentidos a ser aqui tratado, pois, como afirma Orlandi (1994, p. 303): “as marcas são efeitos de caráter ideológico”.

Nesse sentido, ao se analisarem os pronunciamentos de Médici, pistas que demonstrassem uma regularidade foram buscadas. Após a análise desses pronunciamentos, percebe-se que há uma regularidade discursiva que aponta para uma mesma linha de interpretação, em que há um objetivo claro, como uma diretriz (que conduz e é conduzida), o qual é evocado sistematicamente: o desenvolvimento. Analisou-se, portanto, a palavra “desenvolvimento” e a sua relação com o restante do texto, com o intuito de identificar se essa palavra-chave estava interligada com o objetivo de tornar o país uma potência ou se apresentava outro sentido. Dessa forma, a seleção dos pronunciamentos se deu considerando o

funcionamento dos sentidos, de modo a evidenciar as passagens referentes ao “desenvolvimento” evocado pelo presidente Médici.

Embora este conceito, que foi utilizado como palavra-chave, não esgote as possibilidades de caracterizar, ou não, um país como Potência<sup>4</sup>, outras expressões e indicadores discursivos foram previamente testados e não obtiveram um resultado desejado, com poucas ou sem ocorrências. Se pensarmos temporalmente, desenvolvimento econômico refletindo poder/potência é uma associação compreensível, dado que o período estudado é o auge do milagre brasileiro (como salientado na introdução) e que, internacionalmente, várias outras partes do mundo passavam por reconstruções econômicas e por booms de crescimento, como a Europa e Japão com o Plano Marshall e a América Latina com as práticas desenvolvimentistas alimentadas pela Cepal (SOUTO, 2013). Dessa forma, não se descarta que pode haver outras palavras-chaves ou associações possíveis com a projeção do país como uma Potência, mas que a regularidade discursiva da palavra desenvolvimento se sobressaiu. Isso quer dizer que essa associação desenvolvimento – potência não esgota as possibilidades de análise dos pronunciamentos de Médici, tornando outras interpretações possíveis de serem estudadas.

Assim, construiu-se um bloco analítico referente à política externa, de modo a tentar responder aos objetivos deste artigo. Os pronunciamentos aqui analisados são apenas uma amostra do total disponibilizado, e as sequências discursivas selecionadas visam a demonstrar o padrão de diálogo que o então presidente Médici buscava traçar, bem como o funcionamento dos sentidos do Brasil Potência. Assim, construiu-se um quadro que demonstra a quantidade de pronunciamentos assinados pelo presidente<sup>5</sup> em que a palavra “desenvolvimento” aparece ou não.

Quadro 1 – Pronunciamentos do Presidente Médici

Ano	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Total
<b>Número de pronunciamentos por ano</b>	10	30	24	17	17	4	102
<b>Apresentam menção a desenvolvimento</b>	6	23	14	14	9	4	70
<b>Não há menção a desenvolvimento</b>	4	7	10	3	8	-	32

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Biblioteca da Presidência da República (Brasil, [s. d.])

É necessário esclarecer que há uma relação direta entre desenvolvimento e o Projeto Brasil Grande Potência, pois, à época, uma Potência era considerada como tal devido ao seu grau de desenvolvimento e ao conjunto de suas capacidades. Nesse sentido, o Brasil era considerado uma Potência Média, nos termos definidos por Ricardo Sennes (2003), o que, para o autor, seria um país que possui capacidades intermediárias e que tem a possibilidade de transformá-las em poder real (no sentido empregado pela teoria realista das relações internacionais). A inserção de uma Potência Média seria, assim, dual: de um lado, teria uma posição intermediária no Sistema Internacional (na condição de *system-affecting states*); por outro, participaria intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais em que se encontra. Sennes (2003) foi escolhido, dentre os demais estudiosos que trabalham com o tema, pelo fato de que o autor congrega, além das capacidades intermediárias analisadas pelas diferentes correntes teóricas das relações internacionais (RI), a questão da “vontade” de se mostrar como uma Potência Média. Os países devem ter “vontade” política de se tornarem (e de se mostrarem como) uma Potência Média. No caso do governo Médici, o Brasil era entendido, em um tom nacionalista – por muitos considerado ufanista –, como uma Potência Média com capacidades suficientes para alcançar o patamar de Grande Potência. Aí, então, a vinculação objetiva entre desenvolvimento e o Projeto Brasil Grande Potência.

<sup>4</sup> Potência e Poder são dois conceitos amplamente discutidos nas teorias de Relações Internacionais e que, ao longo do tempo, pouco consenso geraram. Assim, a depender da teoria, diversos são os requisitos para determinar o poder de um Estado e o seu respectivo enquadramento em termos de grandeza (grande, média ou pequena potência). O desenvolvimento econômico é, todavia, unanimidade entre as teorias, sendo imprescindível para estabelecer a correlação entre poder e grandeza.

<sup>5</sup> Por diversas razões, como viagens, saúde e agenda, alguns dos pronunciamentos não foram realizados por Médici, mas por seus ministros ou pessoas ligadas ao governo, mas receberam sua assinatura.

O Projeto, assim, era essencialmente desenvolvimentista, já que entendia que o desenvolvimento do país era a chave para atingir seu objetivo. Para isso, o governo buscou, ao mesmo tempo, promover a indústria nacional privada por meio de subsídios ou pela utilização de estatais (empresas ou bancos), fortalecer e diversificar a infraestrutura nacional (rodovias, ferrovias, portos, etc.), a capacidade de geração energética, a cadeia nacional de produção, a pauta de exportação, etc. Um dos polos de concentração dessa atuação foi a Política Externa, que buscava promover a imagem do país internacionalmente de modo a atrair investimentos, recursos (empréstimos) e diversificar as parcerias comerciais (GREMAUD, 1997; CASTRO, 2004; RESENDE, 1990; LAGO, 1990; HERMANN, 2011).

Nesse sentido, utilizou-se a conceitualização de Ricardo Bielschowsky (1991; 2004), que entende o desenvolvimentismo como a ideologia que defende a participação do Estado na condução do desenvolvimento econômico, por meio do desenho e implementação de estratégias e políticas<sup>6</sup>. A estratégia seria o desenho da condução de um padrão de desenvolvimento desejado, enquanto o padrão seria definido como a combinação (ídiossincrasia de cada país) de características e determinantes de investimento, da produtividade e da renda (setores, agentes, financiamento, regulação, organização e composição dos mercados, distribuição de renda, etc.).

O que teria acontecido a partir de 1964, segundo Bielschowsky (2004), não seria um golpe no desenvolvimentismo brasileiro, mas sim uma modernização conservadora, o que vai ao encontro da ideologia da Escola Superior de Guerra (tratada a seguir), de retomada do desenvolvimento amalgamado ao Estado. O desenvolvimentismo brasileiro, até a década de 1980, na visão do autor, reunia quatro componentes na formulação de suas práticas, criando uma ideologia planificadora de suas diretrizes. Assim, era determinado que: a) industrialização integral é necessária à superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente por meio das fontes importantes de mercado, por isso é necessário que o Estado a planeje; c) o Estado deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e dos instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve coordenar a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada se mostra insuficiente. Assim, o Estado seria o responsável por manter vigente uma corrente de desenvolvimento para atingir os objetivos nacionais, o que, no caso do governo Médici, era tornar o Brasil uma Grande Potência.

*Quadro 2 – recortes e respectivas sequências discursivas analisadas*

<b>Recorte</b>	<b>Presidente e Chanceler falam à Diplomacia</b>
<b>SD 1 – SD 3</b>	Discurso proferido no Palácio do Itamaraty, intitulado “Diplomacia para o desenvolvimento”, pronunciado por Médici em 30 de abril de 1970, com dez páginas.
<b>SD 4</b>	Discurso, sem título, proferido na XXV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por Mario Gibson Barbosa, em 1970, pg. 257 – 265.
<b>SD 5</b>	Discurso proferido pelo Ministro Mario Gibson Barbosa, para a Escola Superior de Guerra, intitulado “A política Externa do Brasil na década de 1970”, em 1970, pg. 309 – 234.
<b>SD 6</b>	Discurso proferido por Médici durante o almoço oferecido pelo Vice-Presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, intitulado “Conceito de Interdependência”, na Anderson House, Washington, em 8 de dezembro de 1971, com oito páginas.
<b>SD 7</b>	Discurso proferido por Médici durante banquete oferecido ao Presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, intitulado “Os temas do diálogo”, no Palácio do Itamaraty, em 13 de março de 1972, com sete páginas.
<b>SD 8</b>	Discurso proferido por Médici perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulado “Foro de Liberdade”, em Washington, em 8 de dezembro de 1971, com nove páginas.

<sup>6</sup> Cervo (2003), de maneira análoga à Bielschowsky (1991; 2004), mas voltado para as RI, identifica um “Paradigma Desenvolvimentista” vigente durante a ditadura militar, o qual, por meio de um bloco ideológico, seria responsável por definir as atitudes e ações governamentais que seriam necessárias para atingir os objetivos nacionais e incrementar as relações econômicas internacionais do país.

SD 9	Discurso proferido por Médici, alusivo à passagem do oitavo aniversário da “Revolução”, intitulado “A Irredutível Fidelidade”, divulgado através de rede nacional de rádio e de televisão, em 31 de março de 1972, com onze páginas.
------	--

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos discursos selecionados (Brasil, [s. d.])

## O Projeto Brasil Grande Potência e a Política Externa

A ideia do Brasil enquanto uma potência teve início com os estudos geopolíticos no país, na década de 1920. A evolução desse pensamento passou pelos ideais ideológicos da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, responsável pela ampliação e reestruturação de um projeto maior, o qual visava, entre outros, ao desenvolvimento do Brasil. Concebida aos moldes do *National War College*, dos Estados Unidos, a ESG foi a responsável<sup>7</sup> por desenvolver (ou reproduzir), internamente, uma ideologia desenvolvimentista nos meios civis e militares, para criar uma elite intelectual que serviria aos seus objetivos posteriores (SILVA, 2004). Com o apoio do aparato estatal, sendo ela mesma um Aparelho Ideológico do Estado (escola) (ALTHUSSER, 1985), a ESG foi capaz de solidificar um ideal transformador, que tinha como finalidade a tomada de poder para a consecução total de seus objetivos (tornar o Brasil desenvolvido, uma potência). A ideologia da Escola se fez presente (com intensidade diferente) durante todos os governos militares, mas foi a partir do governo Médici, devido ao impulso do Milagre Brasileiro, que a ideologia esguiana se cristalizou no Projeto Brasil Grande Potência (SKIDMORE, 1988; MYIAMOTO, 1995; STEPAN, 1986; SILVA, 2004).

Esse projeto nunca figurou como um programa assim denominado. A titulação oficial seria lançada como *Metas e Bases para a Ação de Governo*, em setembro de 1970, e era constituído, essencialmente, como a síntese de um plano governamental maior, que seria finalizado posteriormente. Junto às *Metas e Bases*, seriam incluídos dois outros documentos: o Orçamento Plurianual de Investimentos de 1971 a 1973 e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND – 1972 a 1974). O objetivo síntese desse conjunto seria o ingresso do Brasil no *hall* das nações desenvolvidas, a consolidação do país como Grande Potência, como é apontado em *Metas e Bases*:

Como Objetivo-Sínteses, ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Conforme já se esclareceu, construir-se-á, no País, uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim, a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência (BRASIL, 1970d, p. 15).

O I PND era um pouco mais ousado que as *Metas e Bases*, ao propor que o país ocupasse alguma posição entre os dez maiores países em nível de Produto Interno Bruto (PIB) e atingisse, até 1974, a marca dos US\$ 500 de renda *per capita* (BRASIL, 1971). Os três componentes formavam um plano governamental que buscava o desenvolvimento nacional, com metas, setores e estratégias bem definidas. Não há, contudo, menção oficial ao “Projeto Brasil Grande Potência” em nenhum desses documentos, embora a expressão “Grande Potência” tenha sido usada duas vezes no documento de 1970 ao aludir o desenvolvimento do país e o seu ingresso no mundo desenvolvido como objetivo da “Revolução” de 1964 (BRASIL, 1970d).

O nome Projeto Brasil Grande Potência foi assim referenciado pela imprensa e posteriormente incorporado, dado suas características elusivas, aos discursos oficiais. Já no primeiro dia do ano de 1970, o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, comenta a chegada de um “plano novo – mesmo em forma de um projeto capaz de tornar o Brasil grande potência” (p.4) e que não estaria compromissado apenas com a aparência da grandeza, mas um plano que aperfeiçoaria todos os anteriores e englobaria os projetos existentes que definissem as prioridades nacionais e garantissem o desenvolvimento duradouro do país (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p. 4). Além disso, o jornal noticiava que Médici estava pondo à mesa as “premissas básicas do governo”, e que

<sup>7</sup> Cabe ressaltar, contudo, que a ESG não foi a única. Outras escolas militares também serviram como base “ideológica” e de formação de civis e militares.

o compromisso com o deslanchar do desenvolvimento essencial a que o Brasil chegue ao fim do século como Grande Potência [...] [e que] mediante um programa agressivo, [...] através do salto desenvolvimentista, mostrar que o Brasil Grande é uma meta efetivamente viável (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p. 4).

Para atingir essa meta, o governo utilizou-se da política externa, uma das bases desse projeto. Nesse sentido, a Diplomacia do Interesse Nacional,<sup>8</sup> com o chanceler Mário Gibson Barbosa a sua frente, reorganizou a inserção estratégica do Brasil no governo Médici, a partir das mudanças internacionais que estavam ocorrendo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. A tendência de declínio hegemônico dos Estados Unidos no cenário internacional elevou a capacidade de atuação das potências médias regionais, como Índia e China, e abriu espaço para que antigos centros econômicos (como a parte ocidental da Europa e o Japão) expandissem seu desenvolvimento, bem como novos centros emergissem, como a Europa socialista, capitaneada pela União Soviética. Essa diversificação do sistema internacional, não mais pautado somente pelo núcleo dominante (EUA), engendrou maior liberdade de ação internacional dos países médios, como o Brasil, que poderiam aumentar seu poder de barganha ou contornar os antigos mecanismos de dominação, característicos da dominação vertical com os Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2015; VISENTINI, 2004; SILVA; SVARTMAN, 2014).

Assim, considerando a diversificação da estrutura econômica global e as alterações sistêmicas nas relações internacionais, o governo Médici adentrou na política internacional de maneira mais pragmática em relação aos dois governos militares anteriores. A diplomacia brasileira se engajou na tentativa de aproveitar as lacunas existentes nas relações entre o Norte e o Sul, aceitando, ao mesmo tempo, as relações de poder previamente estabelecidas. O Brasil não tentou romper com o imperialismo vigente, mas sim jogar dentro dele, na tentativa de construir uma via internacional que expandisse as oportunidades de crescimento e desenvolvimento da sua economia, capitaneado pelo Projeto Brasil Grande Potência. A opção de dualidade entre o multilateralismo e o bilateralismo pode ser explicada sob esse viés, na medida em que a política externa do Governo Médici se voltou ao multilateralismo para lidar com questões de ordem econômica a nível global e optou pelo bilateralismo quando os interesses materiais da nação estavam envolvidos (SOUTO, 2013; MARTINS, 1974).

Por meio dessa nova perspectiva e do estudo dos “fracassos” da década de 1960, em que foi ampliada a desigualdade entre os países, algumas falácias foram levantadas pelo ministro Gibson Barbosa. A primeira seria a “Falácia do subdesenvolvimento autogênito”, que dizia não haver inter-relação entre os mundos com diferentes graus de desenvolvimento, ignorando, segundo Barbosa, o fato de o subdesenvolvimento ser um produto da divisão internacional do trabalho. A segunda seria a “Falácia do paternalismo”, que acreditava no desenvolvimento atrelado a laços especiais com certos países. E a última seria a “Falácia gradualística”, em que o desenvolvimento seria um processo de longo prazo, fato que, argumentava Barbosa, esqueceria a inexistência de subdesenvolvimento ao tempo da revolução industrial (MARTINS, 1974).

Essa visão pode ser comprovada quando se dá a análise documental dos Relatórios Anuais do Ministério das Relações Exteriores, que esboçam as negociações brasileiras em ambos os domínios (multi e bilateral). Há uma clara intenção de preferência pelo caminho bilateral quando questões de ganho material estão envolvidas nas negociações. O caminho multilateral, contudo, ficou restrito à esfera política de negociações quando o governo brasileiro teve a percepção de que seria necessário sustentar a argumentação com o endosso dos demais países (BRASIL, 1969; 1970b; 1971b; 1972a; 1973c), movimentação típica de uma potência média em ascensão (SENNES, 2003). Em discurso proferido para a Escola Superior de Guerra, em junho de 1970, o então Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, ao falar sobre a Política Externa Brasileira que estava sendo implementada pelo governo Médici, dialoga sobre a questão de preferência

---

<sup>8</sup> Consoante Souto (2013), a chamada “Diplomacia do Interesse Nacional” não foi tutelada pelo chanceler e nem foi de utilização à época. Em entrevista ao CPDOC, Gibson Barbosa afirma que sua política externa não recebia esse nome, bem como a ele nada agradava títulos às políticas externas. De toda forma, manteremos essa nomenclatura durante o trabalho já que é comumente utilizada na literatura.

(ou não) pela inserção internacional do Brasil pautada pela primazia do multilateralismo – como foi na gestão Costa e Silva (VISENTINI, 2004; SILVA; SVARTMAN, 2014):

[...] aproveito para dizer que reputo estéril o debate sobre a primazia da ação multilateral sobre a ação bilateral, na formulação e execução de nossa política externa, pois me parece claro que os dois planos, em vez de se antagonizarem, se completam. Com efeito, se nossa atuação bilateral, de país para país, é aquela em que expressamos nossa identidade nacional, nossas características próprias, nosso estágio individual de desenvolvimento econômico, social e cultural, no plano de ação multilateral nos incorporamos a uma força coletiva que, assim o esperamos, poderá forçar as barreiras da desigualdade e da injustiça – e por que não dizer? – em benefício da paz, da verdadeira paz, que não existirá enquanto não se lançar uma ponte sólida e permanente entre as Nações ricas e as pobres (BARBOSA, 1970a, p.165).

Embora nessa gestão o Brasil tenha abandonado o discurso terceiro-mundista e amenizado o tom político de suas reivindicações, as contestações concernentes à superação da pobreza pelos países pobres em relação aos ganhos exacerbados dos países ricos se mantiveram em pauta (SOUTO, 2013; CERVO; BUENO, 2015). A busca pelo desenvolvimento passaria, assim, por outros rumos, dada a pouca eficácia que os governos anteriores tiveram ao buscá-la, como apontou o chanceler brasileiro, ao discursar na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Genebra, em 10 de julho de 1970:

[...] analisemos os resultados do esforço internacional na última década. Não estamos revelando segredo ao dizermos, desde já, que, em nossa opinião, o saldo da década de sessenta nesse terreno é um saldo de fracasso. A primeira década não conseguiu elaborar uma estratégia para o desenvolvimento; não conseguiu reunir os recursos necessários ao desenvolvimento; e não conseguiu provocar e motivar a vontade de desenvolvimento. Em outras palavras, registrou-se fracasso em planejamento e coordenação [...] a chamada Década do Desenvolvimento foi, na realidade, uma Década de Paradoxos. Os países ricos enriqueceram, e os países pobres se tornaram ainda mais pobres (BARBOSA, 1970b, p. 143).

Dadas as contestações internacionais quanto ao desenvolvimento das nações e à adoção do Projeto Brasil Grande Potência internamente, o Brasil de Médici buscou acordos que permitissem esse objetivo. Dessa maneira, há um acontecimento discursivo (uma nova produção de sentidos): o abandono do terceiro-mundismo de Costa e Silva e a opção bilateral de negociação, que tomara o Itamaraty a partir de então, podem ser entendidos como meios de o país atingir altos graus de desenvolvimento (de uma maneira rápida) com parcerias externas que fossem fundadas pelas características materiais, e não ideológicas (VISENTINI, 2004; SILVA; SVARTMAN, 2014). A complexa (e talvez contraditória) relação com os Estados Unidos pode ser encarada da mesma forma. A visão realista da Diplomacia do Interesse Nacional possibilitava criar espaços de diálogo em que a solidariedade abria espaço para a conclusão de acordos bilaterais que garantissem (ao menos em tese) possibilidades de acesso a mercados e tecnologias de que até então o Brasil não dispunha (SOUTO, 2013). Os documentos de política externa do período evidenciam essa mudança em relação aos governos anteriores (BRASIL, 1970a; 1973a; 1973b; 1974).

O Brasil, a partir de Médici, começaria a focar na sua consolidação como uma potência, e seus esforços internacionais estariam orientados para esse objetivo. Dessa maneira, não cabia ao país manter laços tão profundos com os Estados Unidos, da mesma forma que não cabia o rompimento ou o confronto direto (SOUTO, 2013; CERVO; BUENO, 2015). De maneira geral, essa nova visão de individualidade histórica do Brasil – deixando de lado a postura terceiro-mundista, mas anexando a distinção entre as políticas externa e internacional, o desejo de superar as “falácias” da década de 1960 – e a Diplomacia do Interesse Nacional fizeram Médici iniciar, de fato, o Projeto Brasil Grande Potência (MARTINS, 1974).

Nesse sentido, coube à diplomacia a tarefa de servir de bastião dos interesses nacionais. Foi incumbida, assim, de garantir que o desenvolvimento do Brasil fosse buscado também via alianças externas e que a imagem do país no exterior fosse de prosperidade e união. Nesta seção, serão utilizadas, também, sequências discursivas advindas não dos pronunciamentos do presidente Médici, mas de seu chanceler, Mário Gibson Barbosa. Essa seleção se deu pela necessidade

de inclusão da discussão diplomática entre o Brasil e a comunidade internacional que, à época, ficava mais ao encargo do Itamaraty e dos diplomatas. Não se fazia tanto uso da diplomacia presidencial (FIGUEIRA, 2011) e, portanto, foram selecionados pronunciamentos capazes de empregar como a matéria de desenvolvimento foi levada internacionalmente à discussão. Para ilustrar esses aspectos, foram selecionadas as seguintes SDs.

## SD 1:

A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: *desenvolvimento*. Todos os esforços estão sendo conjugados para alcançar esse fim, porque para os povos da América Latina a independência econômica representa no século XX o que a independência política representou no século XIX. No trabalho comum para colimar esse objetivo supremo, a diplomacia brasileira tem função primordial a cumprir. O progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem-intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo do crescimento (BRASIL, 1970c, p.29, grifos no original).

## SD 2:

Compete, pois, à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam junto conosco a dura batalha do *desenvolvimento*, como lhe cabe envidar todos os esforços para lograr a adesão dos países desenvolvidos aos postulados que defendemos e de cuja aplicação depende, já agora, o próprio progresso da humanidade (BRASIL, 1970c, p. 29, grifos no original).

## SD 3:

A diplomacia brasileira está chamada a exercer, de forma criadora, atividade cada vez mais difícil e intrincada. Cabe-lhe não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para *antecipar o que seremos*. Deve, por isso, ao observar o mundo para recolher da experiência de outros povos o que pode servir *ao nosso progresso*, adaptar-se incansavelmente às transformações que ocorrem no cenário internacional e às frequentes mutações do jogo do poder, pois a matéria com que lida é, por definição, fluida e inconstante (BRASIL, 1970c, p. 31, grifos no original).

Percebe-se, nas SDs aqui selecionadas, o pressuposto de que a diplomacia brasileira deveria se engajar na busca pelo desenvolvimento e que ela “tem função primordial a cumprir”. Quando Médici afirma que “[o] progresso do BRASIL terá de ser fruto, fundamentalmente, de esforço interno; por outro lado, a colaboração externa, bem intencionada, poderá acelerar e enriquecer o processo do crescimento” (BRASIL, 1970c, p.29) está se referindo às alianças externas que deveriam ser buscadas como forma de dinamizar as possibilidades brasileiras no cenário internacional, aliado ao auxílio dos países desenvolvidos e dos outros países que “travam junto conosco a dura batalha do *desenvolvimento*” (BRASIL, 1970c, p.29), algo típico da Diplomacia do Interesse Nacional (SOUTO, 2013), a qual preconizava que o desenvolvimento era indispensável para a Paz e que eliminar o subdesenvolvimento era responsabilidade de todas as nações (VISENTINI, 2004).

Ademais, quando o então presidente aponta que “[C]abe-lhe [à diplomacia] não só projetar externamente o que somos, mas contribuir, de maneira decisiva, para *antecipar o que seremos*” (BRASIL, 1970c, p.31), entende-se que, mais uma vez, a busca pelo desenvolvimento percorreu, também, o papel de autonomia designado ao Itamaraty. Diferentemente dos outros polos de poder (como a sociedade, os partidos políticos, a burguesia, etc.), a diplomacia é a única inserida em um processo de autonomia (relativa, é verdade) na busca pelo desenvolvimento, já que opera via governo e que, por isso, diferentemente das outras, ela mesma pode ser considerada como um AIE.

As ações diplomáticas do Brasil estariam engajadas, dessa forma, de duas maneiras distintas: a aliança com os países emergentes na busca pelo desenvolvimento (acesso a tecnologias e mercados, industrialização, etc.) (CERVO; BUENO, 2015)<sup>9</sup> e os questionamentos quanto à relação de poder na esfera internacional (REIS DA SILVA; MALLMANN, 2019). Essas diretrizes foram seguidas, embora por vezes alteradas, por Mário Gibson Barbosa nos pronunciamentos à

<sup>9</sup> O bilateralismo, muito presente nas negociações brasileiras, e utilizado de forma sistemática nas negociações internacionais que envolviam os interesses materiais do país (como o acesso à tecnologia de ponta) não foi evidenciado nos discursos do chanceler, muito pelo contrário. Quando o Brasil discursava na ONU, a opção sempre foi pelo multilateralismo reivindicatório, na busca de união dos países em desenvolvimento e na contestação da política de congelamento do poder internacional que limitava o acesso do país às tecnologias mais avançadas, principalmente no setor nuclear, o que, por conseguinte, impunha restrições ao desenvolvimento dessas economias (SOUTO, 2013; REIS DA SILVA; MALLMANN, 2020)

ONU, durante todo o mandato que exerceu como chanceler. Em 1970, ao discursar para as Nações Unidas, Barbosa apresentou o Brasil como uma nação em desenvolvimento, com um sistema próprio (único) para esse fim, mas que julgava necessária uma política comum (universal) de desenvolvimento para aqueles países que estariam em vias de se desenvolver (BARBOSA, 1970b):

SD 4:

Não estamos a pleitear solução para nosso modelo nacional. Temos plena consciência de que o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria, da qual não abdicamos. Estamos, isto sim, colocando os termos de um problema em bases universais (BARBOSA, 1970b, p. 263).

Barbosa faz, também, uma crítica contundente ao realismo político e seus conceitos (esfera de influência, balança de poder, doutrina de soberania), por ser ele o responsável pela corrida armamentista, pela manutenção do temor de uma Nova Guerra e pela manutenção do *status quo* e do congelamento do poder a nível mundial (BARBOSA, 1970b). Esse discurso está intimamente ligado ao proferido pelo chanceler, no mesmo ano, para a ESG. Na ocasião, caracterizou o Brasil como uma potência média em desenvolvimento acelerado, algo que ninguém poderia negar, e que o principal objetivo do país era alcançar o desenvolvimento, o que seria conseguido pelo fato de o Brasil empregar medidas nacionalistas para esse fim. O chanceler discursou, ademais, sobre o aumento do poder do Brasil na esfera internacional e sobre o fato de o país ter uma meta a ser atingida (a de se tornar uma potência), aludindo ao objetivo da Grã-Bretanha, que era o de manutenção de seu *status* de “grande potência de segunda classe”:

SD 5:

Advirto desde já, porém, que não creio útil a adoção por nós de um modelo inglês, ou de qualquer outro modelo. Nem estou propondo que procuremos tornar-nos uma “grande potência de segunda classe”. Nosso modelo há de ser próprio, orientado pelas coordenadas históricas do momento, fundado em nossas próprias necessidades e aspirações. E o que hoje é de claro entendimento – como a expressão “grande potência de segunda classe” – pode não o ser amanhã (BARBOSA, 1970a, p. 323).

Em 1971, com o entendimento da consolidação da *détente*, Barbosa discursa também às Nações Unidas em prol do multilateralismo e do apoio entre as nações. Na concepção de Barbosa, que entendia que a bipolaridade não foi bem-sucedida, o novo sistema internacional não deveria ser comandado por um número restrito de nações, mas sim por aquilo que a Carta das Nações Unidas pregava: o entendimento comum. O então chanceler critica ainda mais a política de poder internacional (a palavra poder aparece 25 vezes no texto), principalmente os Estados Unidos e a União Soviética, por tentarem impor um sistema de divisão mundial e relegar os Estados menores ao papel de meros espectadores ou de protegidos do poder (BARBOSA, 1971). Barbosa cita o pronunciamento de Médici ao Congresso Nacional, do mesmo ano, no qual o então presidente aponta que o Brasil se opõe veementemente à divisão internacional em zonas de influência e que a paz seria essencial ao progresso e ao desenvolvimento das nações (BRASIL, 1971a).

Essa crítica ao congelamento de poder nas relações internacionais aparece também nos discursos do então presidente Médici em duas ocasiões. A primeira durante o almoço oferecido pelo Vice-presidente dos Estados Unidos, Spiro T. Agnew, em Washington, em 1971, e a segunda em 1972, quando Médici oferece um almoço de recepção ao então presidente Argentino, Alejandro Lanusse:

SD 6:

O Brasil não acredita que os problemas mundiais possam ser examinados e resolvidos mediante um congelamento da estrutura do poder mundial, nem pelo estabelecimento de esferas de influência. Não podemos aplicar a nosso século esquemas e artifícios políticos anacrônicos. O rio da História terá de seguir seu curso – e isto implica mutações, transformações e deslocamentos de poder. Acreditamos em uma comunidade de nações livres e soberanas que sentem a necessidade histórica de afirmar-se, num mundo em que o progresso e o desenvolvimento de uns não devem assentar em sacrifícios e prejuízos de outros, em que a soberania deve ser um instrumento de liberdade comum. Por isso mesmo, o Brasil

está convencido de que, para ser efetivo, qualquer passo concreto no sentido da realização do conceito de interdependência dos diferentes membros da comunidade das nações há de pressupor, necessariamente, os estágios prévios de soberania política e de emancipação econômica (BRASIL, 1971c, pg. 50 – 51).

#### SD 7:

Juntos nos empenhamos na tarefa de promover o desenvolvimento econômico, que consolida e assegura a independência política. Unidos nos esforçamos por incrementar cada vez mais o comércio entre os nossos dois países e conquistar novos mercados em todas as áreas do mundo. Coesos defendemos os mesmos princípios contra a cristalização de posições de poder, contra os obstáculos que se erguem nos mercados dos países altamente desenvolvidos, em prejuízo do crescimento de nossas exportações (BRASIL, 1972d, pg. 20).

Essas críticas ao congelamento de poder são características básicas da Diplomacia do Interesse Nacional, a qual pregava a tese da interdependência<sup>10</sup> como ideologia dos países altamente industrializados. Logo, o país deveria, primeiramente, ser independente e depois interdependente. Além disso, o Brasil se posicionava a favor de uma revisão da Carta da ONU e do combate às tentativas das grandes potências que queriam despolitizar as Nações Unidas, mediante a substituição de órgãos políticos por comitês técnicos (VISENTINI, 2013; SILVA; SVARTMAN, 2014). Essas medidas, aliadas à posição contrária à assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e às medidas impositivas de contenção do crescimento demográfico e também de proteção ambiental, que, tanto isoladas quanto em conjunto, impediriam ou atrasariam o desenvolvimento nacional, beneficiando apenas as grandes potências, as quais já haviam tirado proveito dessas situações (REIS DA SILVA; MALLMANN, 2019).

Em 1972, com discurso mais moderado em relação às superpotências, o então chanceler apresenta o Brasil como um país emergente, que estaria disposto a assumir responsabilidades e obrigações internacionais mais amplas, devido ao alto grau de desenvolvimento que estava atingindo. Ressurge, nesse ano, o entendimento brasileiro de que a Carta das Nações Unidas deveria ser modificada, a contemplar melhor a comunidade internacional que estava em transformação (BARBOSA, 1972). Em 1973, mesmo com os sucessivos choques externos, o país, fortalecido pelo Milagre Brasileiro, retoma o discurso de responsabilidades e encargos globais e diz ser capaz de ajudar. O ponto mais importante, porém, além das já mencionadas críticas ao congelamento do poder internacional e da política de poder exercida pelas grandes potências, centra-se na tentativa brasileira de se afirmar como país em desenvolvimento, com uma identidade “latino-americana” (a expressão aparece seis vezes durante o texto), o que não se identificava nos pronunciamentos anteriores (BARBOSA, 1973).

Enquanto na primeira sequência Médici alega que o desenvolvimento seria parte de “trabalho comum”, dependendo primordialmente do esforço interno e, depois, do esforço externo via diplomacia, na segunda sequência, o então presidente busca imputar, à política externa, a convergência entre as nações que necessitam, também, alcançar o desenvolvimento. Esta tarefa em comum não pode ser confundida como destoante do preconizado pelo chanceler Barbosa na quarta sequência discursiva, quando diz que “o desenvolvimento do Brasil é uma responsabilidade própria”. Barbosa, assim como Médici, acreditava que o país deveria se desenvolver, primeiramente, pelo esforço interno. As relações exteriores brasileiras seriam, dessa forma, apenas um meio de acelerar esse processo, que é, na visão de ambos, um problema universal. O caminho de desenvolvimento deveria ser traçado pelo Brasil olhando suas necessidades e aspirações, em um modelo próprio, que não veria, no caso alheio (das grandes potências), o mesmo percurso histórico.

Há, aqui, uma aparente contradição discursiva. Ao mesmo tempo em que reafirmam que o desenvolvimentismo brasileiro (e o Projeto Brasil Grande Potência, por conseguinte) representava uma ruptura com o padrão de desenvolvimento dependente do início da década de 1960, reafirmam a dependência global (mesmo que o desenvolvimentismo seja implementado com sucesso) ao conclamar por uma política “comum” internacional de desenvolvimento. Não há, portanto, uma desassociação ao ambiente externo, à dependência estrutural e crônica dos países

<sup>10</sup> “Conceito de Interdependência” é o título do discurso da SD 16.

do Sul em relação ao Norte. Por isso, também, a crítica incisiva e perseverante ao congelamento de poder no Sistema Internacional. O desenvolvimento do país, mesmo que fosse repercutido como fruto nacional do Projeto Brasil Grande Potência, necessitava do apoio externo, e por isso o Projeto tinha uma base internacional extremamente forte.

Nesse sentido, o pronunciamento de Médici perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, serve de exemplo para caracterizar a solidariedade para com os países em desenvolvimento e a cooperação com os países desenvolvidos, premissas da Diplomacia do Interesse Nacional. Essa solidariedade e cooperação, contudo, não deveriam interferir no caminho e na tarefa que cada Estado possui para atingir o desenvolvimento.

SD 8:

A concepção de que o desenvolvimento repousa no esforço nacional, atento às peculiaridades regionais, está longe de significar que o caminho a percorrer deve ser solitário. Mais do que nunca se impõem, assim, a cooperação e a solidariedade interamericanas e a ação concertada da América Latina, dada a analogia dos seus problemas básicos. Diante da estreita correlação entre o desenvolvimento econômico e social e o comércio exterior, torna-se indispensável esforço conjunto, vigoroso e sempre renovado, para corrigir deformações e afastar empecilhos ao ritmo do nosso desenvolvimento. [...]

A cooperação para o desenvolvimento econômico e social deve, entretanto, processar-se em clima de autêntica solidariedade política e perfeita harmonia com os planos nacionais, definidos e elaborados sob a responsabilidade exclusiva dos Estados, pois a cada um deles cabe forjar seu próprio destino. (BRASIL, 1971d, p. 41).

Este é o caso, também, da nona sequência, em que o então presidente Médici, ao se dirigir para o povo em cadeia nacional de rádio e televisão, em comemoração ao oitavo aniversário da “Revolução”, em 1972, declara que o desenvolvimento brasileiro não foi fruto do acaso, mas sim de um plano nacional de desenvolvimento que foi perseguido pelo Estado. Neste pronunciamento, Médici aponta, também, que isso foi possível graças à utilização de todos os recursos disponíveis (uma deixa à crítica do congelamento de poder), materiais e físicos.

SD 9:

Por quatro anos consecutivos se assinalam, em nossa economia, taxas de crescimento que, sobre registrarem, nesse campo, o mais elevado progresso da nossa história, nos colocam entre os países em maior desenvolvimento no mundo. Comprova-se, desse modo, que os frutos da política brasileira, no setor econômico, não emanam de experiência ocasional, nem constituem simples consequência de fatores eventuais, mas resultam, ao invés, dos rumos certos e definitivos a que se encaminhou o País, com a plena utilização de seus recursos naturais, do seu potencial de trabalho e dos demais fatores de produção (BRASIL, 1972e, p. 28).

Um fato que chama a atenção é a aproximação com os centros de poder da Europa na tentativa de consolidar mercados ou adquirir recursos financeiros. Nesse caso, a aproximação com Portugal pode ser encarada muito mais como de viés cultural e político do que econômico, ou que possa ter algum grau de envolvimento com as pretensões brasileiras de se tornar uma Potência. Nas seis ocasiões em que Médici discursa para representantes portugueses (BRASIL, 1972b; BRASIL, 1972c; BRASIL, 1973d; BRASIL, 1973e; BRASIL, 1973f; BRASIL, 1973g), seja em Portugal ou mesmo no Brasil, em apenas uma, a palavra “desenvolvimento” é encontrada no texto. Nesse pronunciamento em específico, a menção ao desenvolvimento não faz referência à economia ou aos projetos brasileiros de se consolidar como Potência, mas sim ao desenvolvimento da comunidade luso-brasileira (BRASIL, 1972c). A tônica de crítica ao congelamento de poder ainda é percebida e evidenciada, entretanto apenas neste caso em específico (BRASIL, 1972c).

O que podemos inferir a partir das diretrizes governamentais e dos pronunciamentos de seus representantes, tanto de Médici quanto de Mário Gibson Barbosa, é a dicotomia em relação à imagem do país. Enquanto nos pronunciamentos para o público interno o então presidente Médici clamava por um Brasil (Grande) Potência e pela afirmação de que o país chegaria a enquadrar a lista das superpotências em um futuro breve, os pronunciamentos de Barbosa, tanto internos quanto externos, referenciam o Brasil como uma potência média, país emergente, ou potência em

desenvolvimento. Embora esse entendimento (de que o Brasil era um país intermediário, já que não era “pequeno” e ainda não tinha se tornado “grande”) estivesse implícito nos pronunciamentos de Médici, a opção pela *grandeza* enaltecia o ufanismo interno e reivindicava o Brasil como Grande Potência enquanto a estratificação do cenário internacional limitava a referência do Brasil como tal e, então, a solução era de obedecer à ordem, proclamando o país como nação intermediária, como fazia Barbosa.

### Considerações finais

O Projeto Brasil Grande Potência, ao tentar imprimir internamente uma dinâmica de sucesso e ao externalizar à comunidade internacional, ao mesmo tempo, uma metodologia única de crescimento com as dificuldades inerentes aos países “médios”, produziu um novo sentido de desenvolvimento. Embora o modelo de desenvolvimento econômico dirigido (pelas forças do Estado) não fosse novidade, o novo sentido está relacionado à imagem e à pujança de um país com alto crescimento econômico, questionador das políticas internacionais que atrasavam a sua projeção e reivindicador de mudanças estruturais neste mesmo cenário. Internamente, o novo sentido produzido passou a ser a propaganda política de um Brasil que, a despeito de viver sob a égide de uma ditadura, só via grandeza, acolhido por um povo que, certamente, não queria “deixá-lo”.

As análises discursivas e as ferramentas da AD possibilitaram, assim, uma releitura de um período em que os Aparelhos Ideológicos do Estado foram utilizados para produzir um novo sentido sobre o tamanho do Brasil. Esse novo sentido, contudo, não pode ser assimilado da mesma maneira em todos os espaços: enquanto internamente o ufanismo produzia sentido de grandeza, externamente a realidade internacional limitava a política externa e enquadrava o Brasil em outra categoria: a de país médio.

Não obstante, a política externa teve papel fundamental para que o Projeto Brasil Grande Potência ascendesse. Evidenciou-se que o objetivo do governo com esse projeto era tornar o Brasil um país desenvolvido, uma grande potência mundial. Não por acaso, percebemos que a palavra-chave em todos os pronunciamentos presidenciais e nas sequências discursivas aqui expostas foi “desenvolvimento”, o qual adquiriu característica de Formação Discursiva primordial para os programas governamentais. A ideia de Brasil Grande Potência, construída no governo Médici, foi a de unir a nação em um projeto único, nunca antes executado, que perpassasse todas as esferas e classes sociais e se aglutinasse em algo que poderia (e deveria) ser levado para o futuro. Compreende-se que a utilização sistemática da palavra “desenvolvimento”, nos pronunciamentos do presidente e do seu chanceler, objetivava criar uma memória discursiva para transformá-la em objetivo nacional e ressignificar o tamanho do país.

Por conseguinte, a Análise de Discurso constituiu-se de importante ferramenta analítica para interpretar que o desenvolvimento do período pode ser percebido também no discurso e através do discurso, num movimento de sentidos que buscou causar rupturas nos sentidos de desenvolvimento anteriormente estabelecidos ao projetá-lo como uma formação discursiva que buscava a união nacional em prol de um programa que, paradoxalmente, nunca recebeu essa denominação. Assim, a noção de desenvolvimento não ficou restrita às ações governamentais tais como analisadas por Bielschowsky (2004; 2013) ou à união de ações governamentais e constrangimentos internacionais, como analisado por Cervo (2003), ou às ações puramente econômicas, amplamente debatidos pela literatura. O sentido produzido pelo discurso governamental e reforçado pelas instituições sob seu controle, que fora evidenciado nas sequências discursivas analisadas, ao enaltecere a “grandeza do país” e as ações governamentais, tinha o objetivo de fortalecer o regime político de modo a unificar a nação e a transformar o país numa Grande Potência Mundial. As limitações impostas pelo sistema internacional, assim, fortaleceram esse novo sentido, já que, ao mesmo tempo que continham o desenvolvimento econômico, aumentavam a atuação externa via questionamento à ordem e ao congelamento do poder, dando subsídios à projeção internacional do país.

## Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BIELSCHOSWKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. v. 1, p. 496
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideología y desarrollo: BRASIL, 1930-1964. **Revista de la CEPAL**, [s. l.], v. 45, p. 155–177, 1999.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido para a Escola Superior de Guerra, em 17 de junho de 1970. In: BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970a, 359 p.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Genebra, em 10 de julho de 1970. In: BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970b, 359 p.
- BARBOSA, M. G. Discurso proferido na XXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 27 de setembro de 1971. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARBOSA, M. G. XXVII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 25 de setembro de 1972. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BARBOSA, M. G. XXVIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 24 de setembro de 1973. In: CORRÊA, L. F. S. (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 768 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil\\_nas\\_Nacoes\\_Unidas\\_1946-2006\\_O.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/996-Brasil_nas_Nacoes_Unidas_1946-2006_O.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BRASIL. **Biblioteca Presidência Da República**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici>. Acesso em: 17 Out. 2020.
- BRASIL. Documentos de Política Externa - 31 de outubro de 1969 a 21 de dezembro de 1970. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1970a, 359 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1971. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1973a, 293 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1972. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1973b, 365 p.
- BRASIL. Documentos de Política Externa – 1973. Brasília, Ministério de Relações Exteriores, 1974, 307 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1969**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1969. 239 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201969.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1970**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1970b. 231 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201970.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1971**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1971b. 293 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201971.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1972**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1972a. 237 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201972.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório 1973**. Brasília: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação Diplomática, 1973c. 257 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201973.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Diplomacia para o desenvolvimento** - discurso proferido no Palácio do Itamaraty. Brasília, 20 abr. 1970c. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10/view>

BRASIL. Presidência da República. **Metas e Bases para a Ação de Governo, 1970** – Síntese. Brasília, setembro de 1970d. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.planejamento.gov.br/xmlui/handle/123456789/1068>>. Acesso em 18 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional de 1971**. Brasília, 1971a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1971/view>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Conceito de interdependência** - discurso durante o almoço oferecido pelo Vice-presidente Spiro T. Agnew, dos Estados Unidos da América, na Anderson House. Washington, 8 de dezembro de 1971c. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/21.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Foro de Liberdade** - discurso perante o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos. Washington, 8 de dezembro de 1971d. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/20.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Retorno ao solo** - discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici, ao receber do Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, de Portugal, os restos mortais de Dom Pedro I, junto ao monumento Nacional dos Mortos da II Guerra Mundial. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1972b. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/08.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Ideal comum** - discurso de saudação ao Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz, de Portugal, durante banquete no Palácio do Itamarati. Brasília, 24 de abril de 1972c. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/09.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Os temas do diálogo** - discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici durante banquete oferecido ao Presidente Alejandro Lanusse, da Argentina, no Palácio do Itamaraty. Brasília, em 13 de março de 1972d. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/04.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **A Irredutível Fidelidade** – discurso alusivo à passagem do 8º aniversário da Revolução. Divulgado através de rede nacional de rádio e televisão. 31 de março de 1972e. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/05.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **A inventiva coragem** - discurso do Presidente Médici durante o banquete oferecido pelo Presidente de Portugal, no Palácio da Ajuda. Lisboa, 14 de maio de 1973d. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/11.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Reencontro** - saudação do Presidente Emílio Médici ao Presidente Américo Thomaz, ao desembarcar em Lisboa. Lisboa, 14 de maio de 1973e. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/10.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Conhecer o porto** - improviso do Presidente Médici ao agradecer a saudação do Presidente da Câmara Municipal do Porto. Porto, 16 de maio de 1973f. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/12.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. Presidente (1969 – 1974: Emílio Garrastazu Médici). - **Dias memoráveis** - palavras do Presidente Médici, despedindo-se do Presidente Américo Thomaz, enviadas de bordo da aeronave que o trouxe de volta ao Brasil. Portugal, 19 de maio de 1973g. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/13.pdf/view>>. Acesso em 05 jan. 2020.

CASTRO, Antônio Barros De; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 5–25, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília, DF: Editora Unb, 2015. p. 605.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

COX, Robert. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais**: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ). **Convite da Paz Está na Mesa Com as Premissas Básicas do Governo**. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_05&PagFis=24&Pesq=Brasil%20Grande%20Pot%3%aancia](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&PagFis=24&Pesq=Brasil%20Grande%20Pot%3%aancia). Acesso em: 17 out. 2020.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, [s. l.], v. 17, n. 35, p. 189–200, 2003.
- FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GREMAUD, Amaury Patrick. Autoritarismo, Crescimento Econômico e o Esgotamento do Modelo de Desenvolvimento (1964–1984). In: GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JUNIOR, Rudinei (org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 247.
- HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964–1973). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945–2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAXARIN, Ercília Ana (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de P (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 233–294.
- MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64-74. **Cadernos CEBRAP**, [s. l.], v. 12, 1974. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586581/mod\\_resource/content/1/Martins\\_Carlos\\_Estevam.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4586581/mod_resource/content/1/Martins_Carlos_Estevam.pdf).
- MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Verbete OSPB (Organização Social e Política Brasileira)**. In: DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA - EDUCABRASIL. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 260
- ORLANDI, Eni Puccinelli. O lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [s. l.], v. 10, n. 2, 1994.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, Ed. Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do obvio**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 163–252.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. Barbarói, [s. l.], n. 24, p. 78–109, 2006.
- REIS DA SILVA, André Luiz; MALLMANN, Vinícius Henrique. Revisitando a adesão ao tnp: Brasil e Argentina diante da questão nuclear nos anos 1990. **Revista da Escola de Guerra Naval**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 701–733, 2019. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/883/706>. Acesso em: 05 set. 2022.
- RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P. (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 213–233.
- SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 143
- SILVA, André Luiz Reis da. **A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. p. 123
- SKIDMORE, Thomas Elliott. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8. ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOUTO, Cíntia Vieira. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici**. 2. reved. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013. p. 172
- STEPAN, Alfred. Paths toward Redemocratization: Theoretical and Comparative Considerations. In: O’DONNELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C; WHITEHEAD, Laurence (org.). **Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986. p. 64–86.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média, 1964-1985.** 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

---

*Funções de colaboração exercidas*

*Vinicius Henrique Mallmann:*

*Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);*

*André Luiz Reis da Silva:*

*Conceituação; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Supervisão; Escrita (revisão e edição);*

*Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)*

---